

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte e três, reuniram-se na sala de reunião da SEMED, os membros da Câmara de Educação Infantil de São José dos Pinhais: Ana Lucia Rodrigues, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Miliana de Cassia Soares, Queila Cristina I. Batista Martins, Stela Regina Gressler Wontroba, e como convidado Rodrigo Cardozo Gomes.

A Presidente da Câmara Municipal de Educação Infantil, Marilza Ap<sup>a</sup> Pereira Teixeira, inicia a 1<sup>a</sup> Reunião de Câmara de Educação Infantil de 2023, apresentando que houve a provocação por parte do SINEPE e da ASSEPART, para modificação da deliberação da Educação Infantil, na modalidade Infantil III, reduzindo a metragem na relação criança e espaço para 1,50 m<sup>2</sup>, e que isso já gerou polêmica, divulgada no grupo dos diretores, inclusive apresentando posicionamento de pessoas do Departamento de Educação Infantil, que supostamente, teriam visão contrária. A Conselheira Queila complementou dizendo que as professoras e educadoras também á procuraram preocupadas, com essa possível mudança e que ela esclareceu que isso ainda está em estudo pela câmara, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal, para atendimento das crianças de 0 a 3 anos “não sou eu quem está criando, não é a Ana Lúcia do Conselho, não é o governador”, mas que é preciso pensar em políticas públicas, pois temos nas unidades uma grande procura por parte das famílias, principalmente nas localidades mais pobres. Queila também perguntou sobre o Programa Compra de vagas para essa idade e, ainda complementou que o município também enfrenta a situação das profissionais da educação infantil, “das educadoras e atendentes”. A Conselheira Miliana complementou a fala da Conselheira Queila, relatando que nesse ano letivo, ainda há salas fechadas nas unidades por falta de profissionais, porque hoje o cargo que atende essas crianças são educadores, e no descritivo do cargo privilegia o cuidar, a troca de fraldas e já é um cargo extinto, além de que a maioria está tentando migrar para a Secretaria de Assistência Social e, desse modo é preciso pensar no município em um cargo possível para a educação infantil e, no descritivo de professor em vigência, o cuidar não é contemplado o que causa desentendimentos nos CMEIs, pois as professoras muitas vezes chamam as educadoras, para fazer a troca das crianças com fraldas, e isso gera muitos constrangimentos. A Conselheira Queila expõe que a Educação Infantil tem suas especificidades e a lei está geral, “precisa ter um adendo na hora do concurso público dizendo que a vaga é para professor e, que se for atuar na educação infantil, o cuidar e o educar são indissociáveis, pois algumas professoras dizem que não trocam fraldas, por não integrar as suas atribuições, algumas vezes ameaçando irem reclamar no sindicato e, ainda ressalta que os diretores conciliam as situações, com delicadeza e que só fazem as trocas as que concordam, “um acordo” entre diretor e professor. A Conselheira Leila pergunta para a Conselheira Queila se o que chegou no grupo seria a mudança na Educação Infantil de 0 a 3, ou seja desde o Infantil I, porque não foi esse o pedido, foi apenas para o Infantil III. Logo em seguida o Conselheiro convidado Rodrigo Cardozo, disse estar preocupado com esse “ vazamento” de conversas que ocorreram na reunião do Conselho, ainda mais porque está saindo de forma distorcida, pois ele mesmo, no primeiro ano da gestão, iniciou um estudo interno sobre a atualização da deliberação considerando a SESA, pois percebeu em análise que na região metropolitana de São José dos Pinhais, apenas nosso município não utiliza a SESA, no que refere à metragem das salas

E que isso também “vazou” na época o colocando em situação delicada e, agora novamente isso se repetiu, “é preciso ter ética e respeito com os conselheiros”. A Conselheira Ana Lucia explicou que se as Diretoras querem fazer um grupo e estudar, não tem problema, mas o jeito como foi colocado parece que nós já fechamos e, nós estamos iniciando os estudos. A Conselheira Leila disse que “a informação está distorcida porque no documento da ASSEPART está dizendo que somos contra a mudança nas salas do Infantil I e Infantil II, e que o pedido de modificação foi encaminhado pela ASSEPART e também do SINEPE, para a modalidade do Infantil III, para que sigamos a SESA, tendo em vista que somos o único Município que estamos trabalhando com o Infantil III no 2.20m<sup>2</sup>”. A Conselheira Miliana diz que o problema de São José são os cargos que atendem essas crianças, pois mesmo que altere só o Infantil III, haverá mudanças no Infantil IV, e cita: “uma turma que vai passar para 28 crianças, no próximo ano vai para o Infantil IV, nos CMEIs pequenos que só tem uma turma de Infantil IV, não vai dar conta de atender todas as crianças, vai ter que abrir mais uma turma.” A Conselheira Leila coloca que no Infantil IV já é 1.50m<sup>2</sup>. A Conselheira Miliana coloca que são menos crianças por professor, são 16 crianças por profissional e no Infantil III, 12 crianças por profissional, e que tem que ver tudo isso. O Conselheiro Rodrigo comenta que hoje se fosse para mudar para 1.50m<sup>2</sup>, não haveria alteração na quantidade de profissionais, porque todas as turmas já estão com 2 profissionais e tem unidades com 14 crianças na sala e 2 profissionais e, que não haveria o máximo que ficaria em 24 como é hoje. A Conselheira Miliana diz que “não tem como, que isso interfere na qualidade, pois hoje tem duas profissionais na sala do infantil III, com 20, ou 24 crianças, e das 07h as 09h, elas estão sozinhas para alimentar, fazer as trocas e cuidar e o mesmo acontece das 16h as 18h também somente 1, caso precise trocar, o que ela faz com as outras crianças?” A Conselheira Queila complementa que é uma profissional com 24 crianças para trocar, organizar, e arrumar as mochilas, e que as diretoras precisam ajudar nesses horários, e diz que precisava estudar melhor os horários dos CMEIs, porque é muito tempo para elas ficarem sozinhas e fala da sua realidade, em que das 07h as 09h recebem 20 crianças, com fralda, chupeta, e toda a questão da recepção das crianças com acolhimento, carinhoso, com aconchego, e nessa situação atual isso deixa a desejar. O Conselheiro Luiz diz que precisa se verificar com a SEMED a questão dos profissionais, pensando em possibilidades de como mudar isso, melhorar o atendimento. A Conselheira Ana Lucia relata que se essa situação da metragem for levada até o MP (Ministério Público) há grande possibilidade de dizer “cumpra-se” a SESA, mas que é preciso avaliar as situações reais, estudar saídas e construir novas possibilidades no Município, na REDE, para não se perder conquistas, pois em 2013 iniciou os estudos da Deliberação da educação Infantil, ficando pronta só em 2015 e que em 2019, houve apenas a adequação da faixa etária considerando a decisão do corte etário para acesso à escola fundamental das crianças. A Conselheira Miliana pergunta para a Conselheira Ana Lucia se nunca foi feito um questionamento para a SEMED pensado em criar outro cargo, um professor de Educação Infantil para 40 horas. A Conselheira Ana Lucia responde que sim, muitas vezes, desde 2013 e nessa gestão já se disse que estão construindo esse novo cargo. A Conselheira Miliana diz que o Departamento enviou uma proposta para o Gabinete do Secretário que, não tem notícias de como está, essa proposta é para a criação do cargo. A Conselheira Ana Lucia coloca ser importante perguntar então, como está essa lei, e que primeiro deve-se solicitar ao Governo e depois se houver necessidade para a Comissão de

Educação, por tratar-se de tema urgente. Mas, também diz que é preciso novas unidades da educação infantil. A Conselheira Miliana coloca que há 12 turmas de 0 a 3 fechadas por falta de profissional. A Conselheira Marilza pergunta sobre a questão do descritivo do cargo de professor nesse primeiro momento. A Conselheira Ana Lucia alerta que não é atribuição do professor a troca de fralda e tem legislação maior que vai dizer que não é. A Conselheira Ana Lucia lê a pesquisa feita em relação a outros Municípios da região e do interior do Paraná onde todos os Municípios com sistema próprio seguem a SESA. O Conselheiro Luiz pergunta “qual seria uma solução para aplicar agora, sem ser construção?”. A Conselheira Miliana responde que “seria o concurso para professores de Educação Infantil, incluindo um junto com os educadores.” A Conselheira Marilza comenta que teve uma experiência de colocar uma professora no Infantil III e teve alguns problemas, elas não queriam fazer as trocas, não aceitava as orientações de como trabalhar com crianças pequenas e outras situações de embate da professora com a educadora e vê o cargo de professor de Educação Infantil uma saída inevitável ou mudança do descritivo. A Conselheira Ana Lucia coloca que a formação é necessária para todos os professores e para o PSS antes de ir para as Unidades, seria uma forma de aproximar o profissional da realidade da educação infantil, pois enviar por interesse, na realidade cotidiana é muito diferente. A Conselheira Miliana diz que foi feita essa solicitação, mas não foram atendidas e, que após iniciarem o departamento ofertou algumas formações. A Conselheira Stela coloca que para a rede particular é somente uma alteração de metragem e a possibilidade de acolher mais crianças na sala, porque estrutura profissional existe. A Conselheira Miliana coloca que não seria difícil mudar a metragem se houvesse cargos corretos. A Conselheira Ana Lucia pergunta e se fosse só um professor e um educador? A Conselheira Miliana coloca que não daria porque só o educador troca a fralda. A Conselheira Queila coloca que seria importante um estudo para o horário dos CMEIs começar as 07h30. O Conselheiro Luiz pergunta para as Conselheiras Marilza e Queila, se hoje recebem a primeira criança as 07h e a última sai as 18h?. A conselheira Queila responde que a primeira ela recebe as 07h, mas a mãe trabalha em casa e só leva as 07h porque a criança pede e a última, entrega as 17h30. A Presidente Marilza coloca que no ano passado foi perguntado para as colegas como era essa chegada e 90% chegam a partir das 07h30, é uma ou outra situação que os pais levam as 07h. Seria uma hora que interfere na situação da educadora que fica sozinha de manhã e a tarde, o que faz diferença e melhoraria a organização do CMEI. A Conselheira Ana Lucia coloca que a Câmara de Educação Infantil pode solicitar essa pesquisa nas unidades sobre a questão do horário, quantos alunos são atendidos das 07h as 07h30 e das 17h30 às 18h. A Conselheira Marilza também coloca a questão sobre o corte etário e desde que mudou em 2019, as crianças atendidas pelo infantil III são de 2 anos e usam fralda. A Conselheira Miliana coloca que no ano passado o Departamento de Educação Infantil encaminhou uma proposta de criação do cargo de professor de Educação Infantil ao gabinete e também duas propostas de alteração na deliberação. A Conselheira Ana Lucia explica que não chegou ao Conselho. O Conselheiro Rodrigo diz que pensa enquanto estrutura, nas leis, nos decretos, e que lê dados e foi passado uma verificação de como seria e com dados do ano passado, no infantil III, com base no ano passado, não alterava o numero de profissionais, e sem alterar a relação profissional - criança, garantindo no máximo 24 crianças por sala e com 1.50m<sup>2</sup>, “nós atenderíamos aproximadamente 398 crianças a mais no município, os dados desse ano a gente não tem ainda, mas está

mais ou menos dentro, mas com base nas questões das educadoras e no horário, mesmo assim é complicado esse atendimento.” A Conselheira Ana Lucia argumenta que se aumentar 4 crianças para cada profissional, é preocupante! O Conselheiro Rodrigo coloca que depende da metragem da sala. A Conselheira Queila explica que por exemplo, no CMEI dela de acordo com a “nova” metragem, atenderia 29 crianças, mas foi deixado com 24 para ficar de acordo com o número de profissionais. O Conselheiro Rodrigo coloca que teria vários lugares que iriam mudar essa quantidade, mas o número de profissionais segura com no máximo 24 crianças. A Conselheira Marilza coloca que se conseguisse a adequação dos horários, seria uma saída inicial, pois o tempo de atendimento hoje é de 11h, das 07h às 18h, sendo muito longo e cansativo para as crianças. O Conselheiro Rodrigo coloca que também foi feito uma base mudando o número de profissionais, mas não compensa para o Município, pois altera-se muito pouco e gasta muito. O Conselheiro Rodrigo pergunta sobre a possibilidade de surgir um estudo para fazer um PSS para Educador. A Conselheira Marilza responde que é cargo extinto. A Conselheira Ana Lucia diz que foi colocado na deliberação do ano passado, mas foi retirado por ser cargo extinto, foi colocado professor e educador, mas foi retirado. A Conselheira Miliana coloca que as PSS prestam concurso para Curitiba e vão embora, e que o melhor seria o concurso, pois já se sabe que mais ou menos 28 profissionais sairão logo para assumir concurso. A Conselheira Ana Lucia diz que dá para fazer as pesquisas com as unidades, enquanto Conselho, e a perguntar ao governo, qual é a previsão de fazer o concurso, seja para professor da educação infantil ou para Educador Infantil, seria importante fazer essa pergunta, porque o Educador Social é da Assistência, e logo não teremos mais na educação. A conselheira Miliana diz que Educadoras, precisa verificar com o RH, mas que acha que tem menos de 400 e que está acabando e que há as que tem laudo, restrição de peso, essas ainda estão fazendo apoio, mas há também existe aquelas com afastamento de sala. A Conselheira Ana Lucia diz ser importante colocar isso na pesquisa também. A Conselheira Miliana diz que foram até Araucária, sentaram com a Secretária de lá, nesse município foi contratado uma empresa para fazer todo esse processo de criação do cargo. A Conselheira Queila pergunta se não teria como contratar uma empresa para resolver essa questão aqui. A Conselheira Miliana responde que não foi aceita essa ideia. O conselheiro Luiz pergunta, mas não foi aceito o que? A Conselheira Miliana responde que não foi acatada a ideia de contratar uma empresa para fazer a transposição do cargo dos educadores, a empresa contratada faria todo o estudo, para tramitar o processo delas, até a aposentadoria. O Conselheiro Luiz diz que então seria mais viável criar o cargo? A conselheira Miliana diz que “já tem o cargo, o Departamento criou o cargo especificamente para atender a Educação Infantil, nós mandamos, mas não foi aprovado ainda.” A Conselheira Marilza pergunta se seria um profissional de nível médio. A Conselheira Miliana responde que não, pois na lei só permite com graduação. A Conselheira Ana Lucia coloca que se for professor Infantil, é só com graduação, mas se fosse Educador Infantil, poderia ser nível médio, com 40 horas. A Conselheira Miliana diz que foi conversado com a Angela para ver questão salarial também, porque precisa de um salário que equipare o que tem hoje. A Conselheira Ana Lucia coloca que poderia sair do cargo de Educador Social, para Educador Infantil, talvez fosse mais fácil, porque os dois são nível médio. A Conselheira Miliana diz que não, só daria dor de cabeça, “o que é Educação, tem que ser da Educação”. O Conselheiro Luiz coloca que “mesmo sendo um dado informal, não oficial, 398 seria um número considerável, conseguiria “zerar” o compra

de vagas praticamente.” A Miliana diz que é preciso ver a questão da demanda de espera das unidades também. A Conselheira Queila diz que tem 15 na fila de espera. A Conselheira Marilza diz que tem 44 aguardando em fila de espera, e na região onde perguntou, todos tem mais de 40. O Conselheiro Luiz diz que para o III ele não tem mais compra de vagas. A Conselheira Ana Lucia diz que já pediu para a SEMED, esses números da demanda. O Conselheiro Luiz pergunta se essa alteração seria só no infantil III, a conselheira Ana Lucia confirma que foi o pedido das particulares. A Conselheira Marilza então pergunta: “para se discutir a metragem, precisa discutir esse horário de entrada para as 07h30, precisa fazer o levantamento de horário e manter o número de Educadores na relação criança, é isso? Os conselheiros confirmam que sim. A Conselheira Stela pede para retomar o que foi falado, perguntando quais pontos precisa levantar antes de discutir a metragem? A Conselheira Marilza responde que precisa fazer o levantamento do horário, para avaliar a possibilidade de readequação, e o segundo seria que hoje temos até 12 crianças por educador, teria que manter essa relação. A Conselheira Stela pergunta se não estava na deliberação Professor e Educador? E diz que o entendimento dela seria um Professor e um Educador e não um ou outro, pela dinâmica do atendimento das crianças e seria até uma depreciação do trabalho, até 3 anos de idade a criança ter só o Educador na sala. A Conselheira Ana Lucia pergunta se onde tem 2 Educadores um poderia ser realocado para junto com um professor, pois já acontece com alguns Municípios, todos eles tem um professor. A Conselheira Marilza coloca que isso geraria impacto imediato na contratação, porque se forem 60 turmas, teria que contratar 2 professores, 120, mais 60 por causa da hora atividade, 180 novos profissionais impactaria, fazendo uma conta bem rápida com 1 Professor e um Educador, porque precisa de um professor de manhã e um a tarde, alguém para fazer hora atividade do professor de manhã e da tarde e horário do almoço. A Conselheira Ana Lucia pergunta: “será que o Município não consegue? A Conselheira Marilza responde que teria que propor e perguntar se seria viável. A Conselheira Queila coloca que é uma situação muito grave, pois temos salas, temos demanda gigantesca e não temos profissionais para atender, porque o professor não pode trocar, só o Educador. A Conselheira Ana Lucia coloca que pensa em algumas propostas, mas só colocará quando olhar os documentos solicitados e diz que: “enquanto Conselho, somos órgão propositivo e fiscalizador, temos que cobrar, a Miliana tem uma proposta de PL que foi apresentada para o cargo de Professor de Educação Infantil, e não saiu nada ainda, então agora temos que ir atrás, porque precisa, vamos precisar urgente, não é para 2024, tem que sair logo.” A Conselheira Miliana coloca que isso já poderia ter andado se não fosse essa questão, porque quando veio a determinação para mudar para 1.50m<sup>2</sup>, se o quadro funcional fosse correto em São José, estaria tranquilo. A Conselheira Ana Lucia diz que “o Conselho também pode fazer as proposições de alteração de Lei, encaminhar para o governo, para encaminhar para a Câmara dos Vereadores, para ver se sai logo.” A Conselheira Ana Lucia pergunta para a Miliana em qual o período que foi encaminhado. A Conselheira Miliana diz que foi no 1º semestre do ano passado e que tem no drive. A Conselheira Queila coloca que tem também a questão do CMEI onde era o Opção, pois trata-se de uma obra muito significativa para a Educação Infantil do Município, e que aparentemente está parada. A Conselheira Marilza pergunta quantas vagas tem no Compra de Vagas para o Infantil? O Conselheiro Luiz coloca que hoje está com mais ou menos 650, não incluindo os Prés. A Conselheira Miliana responde que foi encaminhado em maio de

2022, foi feito até a minuta do projeto de Lei e encaminhado tudo, precisa tramitar para fazer o impacto orçamentário. A Conselheira Ana Lucia pergunta para a Conselheira Miliana se já tinham perguntado como estava. A Conselheira Miliana responde que sim e a resposta foi que não havia aplicabilidade. A Conselheira Marilza retoma o que será perguntando ao governo, e também sobre a pesquisa junto às unidades sobre o horário de funcionamento das 07h as 07h30 e das 17h30 às 18h. A Conselheira Miliana diz que foi feita uma sugestão de alteração na Resolução em agosto de 2022 para o Gabinete e também não sabe como está. A Conselheira Ana Lucia diz que não chegou para o Conselho também. A Conselheira Miliana coloca que, gostaria de uma resposta do porque que não deu, pelo menos tramitar para o Conselho para uma análise. A Conselheira Marilza retoma as questões sobre as perguntas do encaminhamento, necessárias: solicitar a quantidade de crianças na lista de espera nas unidades, as demandas, dados estatísticos, números de profissionais, as crianças do compra de vagas, número de Educadores, Educadores com laudo, e em exercício, e com restrição. A Conselheira Leila pergunta se no Infantil III tem muitas crianças que usam fraldas. A Conselheira Queila e Marilza respondem que sim, a maioria usa fralda. A Conselheira Ana Lucia confirma com a Conselheira Marilza sobre as perguntas da pesquisa: “seria a quantidade de crianças que entram das 07h as 07h30 e as que saem das 17h30 às 18h.” A Conselheira Marilza coloca a pergunta para o governo sobre a questão do concurso. A Conselheira Miliana corrige dizendo que para o governo seria questionar o cargo da Educação Infantil. A Presidente Marilza e os conselheiros discutem e anotam sobre as perguntas a serem feitas para o gabinete: sobre a criação do cargo para Professor de Educação Infantil, a demanda da lista de espera para o Infantil III, a quantidade no Compra de Vagas, quantas tem e quantas estão sendo atendidas, o número de profissionais, quantidade de Educadores e quantidade de Educadores de laudo, tempo de serviço. Os Conselheiros também discutem as perguntas que serão enviadas para as unidades, via Conselho através do Google Forms: quantas crianças por modalidade entram das 07h as 07h30, quantos Educadores estão neste horário para atendimento, quantos profissionais. A próxima reunião ficou marcada para o dia 13/03/23 as 08h30 na sala de reunião da SEMED. A Conselheira Marilza encerra a reunião de Câmara de Educação Infantil.

Eu, Valdinéia Santos de Lima, digitei essa ata que será assinada pela Presidente da Câmara de Educação Infantil, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, e pelo Secretário da Câmara, Anderson Dias do Rosário.

*Marilza Ap. P. Teixeira*

